

# Reestruturação da Justiça fortalece o Cade

O ministro da Justiça Bernardo Cabral distribuiu, ontem, o documento que determina as grandes linhas de ação que pretende implantar no seu ministério, explicitando a política setorial de justiça, segurança pública e direitos da cidadania, no âmbito governamental. Entre outras medidas, promove o Conselho Administrativo da Defesa Econômica (Cade), o principal instrumento político no relacionamento com os ministérios da área econômica e com o setor empresarial. Para começar, pretende realizar uma ampla revisão da legislação antioligopólios e monopólios, sob a liderança do seu ministério mas em estreita articulação com a área econômica do Governo.

Cabral quer retomar a liderança da elaboração legislativa no âmbito do Poder Executivo, hoje dispersa pelas consultorias jurídicas dos ministérios setoriais, especialmente no que diz respeito às normas econômicas. Quer racionalizar a atuação dos numerosos conselhos ligados aos direitos da cidadania que integram a estrutura do seu ministério, reduzindo custos e conferindo efetividade a sua ação político-institucional. Vai integrá-los com outros setores das administrações federal, estadual e de municípios, e dinamizar os mecanismos de supervisão de suas atividades.

O novo Ministério da Justiça vai assumir a liderança da formulação da política nacional de segurança pública através da in-

tegração de ações com as secretarias estaduais de Justiça e Segurança e pretende trazer uma boa imagem da Polícia Federal junto à sociedade. Entre suas prioridades, vai fortalecer a ação dos organismos responsáveis pelo combate e prevenção ao uso de drogas, em nível federal e estadual e municipal, utilizando-se da Polícia Federal, do Conselho Federal de Entorpecentes e, principalmente, de recursos externos hoje disponíveis e, a fundo perdido, em outros países e em instituições internacionais.

Cabral garante que vai preservar a Imprensa Nacional "do assédio constante do parque gráfico privado de Brasília que almeja o mercado do setor público". Ele considera o papel da Imprensa

Nacional como valioso instrumento para o ministério em face das demandas por seus serviços de toda a Administração Federal e do Judiciário.

Ao transmitir a pasta da Justiça ao deputado Bernardo Cabral, o ex-ministro Saulo Ramos não perdeu o humor e disse que ambos estavam condenados a ficarem juntos "na eternidade", no painel de fotos dos ex-ministros no saguão do ministério. Recorreu sua amizade com o novo titular sem deixar de citar os embates com o então relator da Assembleia Nacional Constituintes, que chamou de "contraditório duo" discutindo forte mas exercitante "o sagrado direito do contraditório".